

Editorial

A aguardada 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) veio, aconteceu e se foi, sem qualquer consequência que nos desviasse da rota para o abismo. Uma parte ainda significativa de cientistas, intelectuais, políticos, militantes e ativistas que se dizem não negacionistas ainda nutriam um conjunto variado de expectativas em relação a esse evento anual: desde os que pretendiam fazer algum barulho e travar alguma disputa às margens até os que apostavam fichas em algum acordo que ao menos prometesse algo próximo daquilo que deve ser feito.

Nesse meio, não deixa de ser impressionante que até entre quadros ecossocialistas se tenha agitado uma certa consternação com o fato de que a COP tenha se encerrado sem propor um “mapa do caminho” para a descarbonização e, portanto, para o fim da dependência dos combustíveis fósseis. Poderia ser denúncia, caso não viesse embrulhada numa crença de que da COP30 poderia realmente ter vindo um mapa para a aniquilação do capital fóssil.

Além dessa peculiar perplexidade, outras questões também são reveladoras de nosso atraso.

Em primeiro lugar, essa protocrítica (que se limita a apontar a insuficiência dos acordos) concentrou-se basicamente na 30ª Conferência e no governo brasileiro. É óbvio que tanto um quanto outro seriam merecedores até mesmo de críticas mais profundas, mas é um erro crasso restringir essas críticas a edições específicas do evento. A impotência do empreendimento COP, como um todo, é estrutural, crônica e insanável. A descarbonização é tão claramente incompatível com a sociedade capitalista que supor a possibilidade de arquitetá-la e persegui-la a partir da diplomacia/institucionalidade burguesa é de um otimismo cada vez mais indesculpável.

O anseio por um “mapa do caminho” terceiriza para a diplomacia burguesa a própria elaboração do caminho, com seu norte, seus passos e seus instrumentos. E em boa medida terceiriza para a política institucional a tarefa de percorrê-lo. Afinal, o que se espera desse mapa não é um conjunto de metas, reformas, políticas públicas, regulação e recursos?

Um sintoma claro de tal disposição é que ao mesmo tempo em que se aponta a ausência de um mapa saído da COP, falha-se em perceber que nós, nossas organizações, tampouco temos um mapa. O que existe no momento de mais avançado, como, por exemplo, o recente *Manifesto por uma revolução ecosocialista* (Löwy e Câmara, 2025), não consegue ser muito mais do que uma lista de desejos e um exercício livre de prefiguração, embora se apresente como um programa de reivindicações transitórias.

Falha-se inclusive em perceber que a inexistência do “mapa do caminho” desejado não significa a inexistência de outros mapas para outros caminhos, já sendo trilha-

dos de maneira consciente e diligente. Não por acaso, nenhum deles parece estar concebido para um cenário em que temos algum êxito em desencadear um real enfrentamento ao colapso climático. Ao contrário, todos dão sinais de estarem calibrados para o cenário de aprofundamento das múltiplas crises em curso.

Na nossa realidade nacional, é emblemática a aceleração neoextrativista, que se manifesta na timidez propositiva e regulatória do governo, quando o assunto é contenção de impactos, e no impulsionamento ativo, quando o assunto é ampliação da escala e do escopo da espoliação. Em termos de política sistemática, i.e. de “mapa do caminho”, impossível não citar os planos de pavimentação da BR-319 (no coração da Amazônia), de construção da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão), de abertura de novas frentes de exploração de Petróleo (inclusive na foz do Rio Amazonas), além dos subsídios recordes ao agronegócio e do acordo comercial com a União Europeia.

No contexto internacional, os exemplos se multiplicam quase à vontade. A China, a despeito de sua corrida sem paralelos e sem precedentes pela ampliação no uso de fontes energéticas não fósseis, projeta seu pico de emissões de gases de efeito estufa apenas para o início dos anos 30, quando o mundo já deveria estar rumando a passos largos para o seu zeramento. A Europa se prepara abertamente para a guerra e a possibilidade de um conflito com armas nucleares voltou a ser debatida com assombrosa naturalidade. Os Estados Unidos reeditam a Doutrina Monroe em sua nova *National Security Strategy* (The White House, 2025), com um “corolário Trump” que traz desde implicações extrativistas às bélicas, ambas facilmente discerníveis nas agressões recentes à Venezuela.

A Nova Estratégia de Segurança, entre outras coisas, interdita explicitamente qualquer esforço relacionado à descarbonização. Curiosamente, porém, ela também assevera algo que um dia já soubemos e que precisamos reaprender: “Uma ‘estratégia’ é um plano concreto e realista que explica a conexão essencial entre objetivos e meios: parte de uma avaliação precisa do que se deseja e de quais ferramentas estão disponíveis, ou podem ser realisticamente criadas, para alcançar os resultados desejados. Uma estratégia deve avaliar, ordenar e priorizar”. (*ibidem*, 2025, p. 5)

Nosso plano tem sido cobrar um plano da ordem vigente, o que é irrealista. Nossos objetivos vêm sendo enunciados sem meios. Nossos desejos são inspirados por um senso de justiça e necessidade, mas não os ancoramos em uma avaliação séria a respeito de suas condições de possibilidade. Sem uma reflexão sistemática, ficamos mal municiados para a ação sistemática. Avaliamos mal, não ordenamos nada e priorizamos tudo (o que é o mesmo que dizer que priorizamos nada).

Se é de um mapa do caminho que precisamos, cabe a nós elaborá-lo. Chamem de mapa do caminho, chamem de programa, cabe a nós elaborá-lo.

A edição que entregamos aos leitores (volume 13, número 25) inicia com o artigo de Caio Bugiato, que aborda os textos de Marx e Engels na Nova Gazeta Renana (1848-1849), buscando identificar como esses autores articulam o contexto internacional com o Estado e os processos políticos. Com base em ampla revisão bibliográfica, o autor questiona interpretações que atribuem a Marx e Engels uma suposta desatenção a essas

dimensões. Argumenta-se que Marx e Engels articulam as dimensões internacional, estatal e nacional, de modo que acontecimentos em uma esfera se conectam às demais. O capitalismo é descrito como expansivo e desigual entre diferentes formações sociais. As lutas diplomáticas e militares, dentro do equilíbrio de poder entre classes dominantes e Estados de classe, tornam-se uma unidade internacional quando as lutas do proletariado podem abalar as ordens estabelecidas e o arranjo interestatal.

Em seguida, o texto de Vitor Bartoletti Sartori discute as utopias da década de 1920 e compara a crítica da economia política dos clássicos do marxismo com o estado atual das pesquisas marxistas. O autor argumenta que, diante das transformações do modo capitalista de produção e do proletariado, é imprescindível um acerto de contas com as experiências revolucionárias do século XX. Ao revisitá-la vitória da classe trabalhadora e os debates da década de 1920, evidencia as aporias da Revolução Russa e os problemas permanentes do socialismo. Cem anos depois, a crise do capital torna insustentável a crença em seu caráter progressista e democrático. Porém, o autor destaca que, apesar das contribuições dos clássicos, a apreensão do capitalismo contemporâneo permanece insuficiente, e a esquerda atual é uma sombra do movimento comunista de outras épocas, vivendo um tempo de incertezas e necessária autocrítica.

O terceiro artigo é o de João Paulo Ferreira, que aborda a trajetória do Estado soviético e do Partido Comunista da União Soviética a partir de *A revolução traída*, de Trotsky, resgatando uma perspectiva que rejeita a ideia de que a construção do socialismo na URSS tenha sido mera aplicação prática da teoria marxista, e sim um processo contextualizado, contraditório e problemático. O autor organiza a discussão em três eixos: primeiro, as dificuldades da revolução e as origens do burocratismo. O segundo eixo aborda o partido após a morte de Lênin e o “Termidor soviético”, com a ascensão de Stalin. O terceiro analisa a política externa e a relação entre a URSS e a revolução mundial, destacando como as derrotas externas contribuíram para a formulação da “teoria do socialismo em um só país”. A obra de Trotsky aparece, assim, como fonte primária para a análise do regime stalinista e posição em defesa do marxismo revolucionário contra as degenerações burocráticas.

No penúltimo artigo, Wallas Matos parte da compreensão de que a atual etapa histórica do capitalismo deve ser apreendida a partir das categorias descobertas por Marx, especialmente o capital fictício. O autor argumenta que é o movimento do valor, ao mistificar sua fonte de valorização, que permite precisar o conceito de financeirização, entendida como subordinação das diversas formas de capital ao capital fictício. O capital, ao autonomizar suas formas e buscar eficiência, intensifica contradições entre produção e apropriação. Nesse processo, o movimento do capital conduz à forma fictícia, marcada pela preponderância do rendimento e pela irrelevância aparente do processo real de produção. A mera propriedade do capital passa a garantir direito a lucros fictícios, desconectados da extração de mais-valor, configurando o valor como “puro valor” por um instante.

A seção de artigos se encerra com o texto de Elcemir Paço Cunha, cujo objetivo é desmontar as condições essenciais e contingentes da teoria da maximização do valor ao acionista (TMVA). Essa teoria, erigida como ideia econômica onipotente e naturalizada como lei natural, é examinada a partir da tradição marxista, que, nas palavras do

autor, se interessa pelo movimento de gênese e eficácia das ideias econômicas. Em diálogo com o artigo anterior de Wallas Matos, o autor indica que a TMVA desempenhou papel central no processo de financeirização. A maximização do retorno dos acionistas é um princípio problemático, pois orienta decisões corporativas para privilegiar o curto prazo relegando questões públicas, sociais e ambientais. No seu barbarismo, observa o autor, a TMVA expressa com poucos disfarces as compulsões da economia capitalista, ainda que as apresente como virtudes.

A edição conta com duas *notas críticas*. A primeira apresenta uma leitura da obra *Financialisation in emerging economies: changes in central banking* de Juan Pablo Paineira (2021). Assim como nos artigos de Matos e de Paço Cunha, destaca-se que a financeirização, enquanto objeto de estudo do marxismo, vem se consolidando como matriz de análise do capitalismo contemporâneo. Para o autor a originalidade da obra reside no exame da atuação dos bancos centrais a partir da subordinação estrutural das economias periféricas no sistema financeiro internacional. Outro diferencial é o uso da categoria dinheiro mundial de Marx para relacionar reservas internacionais e financeirização. Sua interpretação sugere uma cadeia entre acúmulo de reservas, expansão do crédito e composição dos ativos bancários privados como mecanismos que reforçaram a financeirização das economias periféricas.

O segundo texto da seção Notas Críticas apresenta as contribuições do teórico marxista e militante socialista estadounidense Hal Draper (1914-1990), no resgate e interpretação de Sean Purdy. Para Draper, a divisão fundamental no movimento socialista não é entre revolução e reforma, pacifismo e violência, ou democracia e autoritarismo, mas entre “socialismo de baixo” e “socialismo de cima”. Purdy destaca ainda que Draper considerava a União Soviética, sob Stalin, uma nova forma de sociedade de classe, o que o levou a formular a abordagem do “terceiro campismo”, sintetizada no slogan “Nem Washington nem Moscou”. Em seus artigos para a *New Politics* e como líder dos Clubes Socialistas Independentes, Draper reafirmou que o marxismo é a tradição do socialismo revolucionário a partir de baixo, baseado na autoemancipação da classe trabalhadora. Para o autor da nota crítica, essa distinção continua atual, pois grande parte dos socialismos que dominam a esquerda mundial ainda reflete formas de “socialismo de cima” identificadas por Draper.

Por último, a seção *Luta e Memória* é dedicada ao autor e militante martinicano Frantz Fanon, em texto de Muryatan S. Barbosa. Fanon foi pioneiro em temas centrais da teoria social contemporânea, articulando relações étnico-raciais, colonialidade, racismo, dinâmicas psicosociais e culturais, práxis psiquiátrica e neocolonialismo. O crescimento recente dos estudos fanonianos no Brasil, impulsionado pela democratização das universidades públicas, insere-se em uma retomada global voltada à construção de uma teoria política e de uma ciência social menos eurocêntricas. Insubmisso, Fanon não se via apenas como intelectual que repete opiniões alheias, e por isso, para o autor deve ser lido desde ele próprio, e não a partir de enquadramentos externos. Seu anticolonialismo, embora ligado às independências nacionais, ia além delas ao investigar formas persistentes de dominação social, racial e biológica, bem como hierarquias pós-coloniais. O legado de Fanon é revisto à luz das limitações do Estado-Nação pós-colonial e dos riscos da invenção de um Outro. Ler Fanon, conclui o autor, é exigência para quem busca compreender o mundo contemporâneo.

Referências

- LÖWY, M.; CÂMARA, J. (Orgs.) *Manifesto por uma revolução ecossocialista: romper com o crescimento capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2025.
- THE WHITE HOUSE. National Security Strategy of the United States of America. Washington, 2025.